**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACCIONISTAS
DA EDP RENOVÁVEIS, S.A., CELEBRADA A 14 DE ABRIL DE 20156**

No dia 14 de Abril de 2016, pelas 12 horas, na “La Casa Encendida”, situada na Ronda de Valencia, número 2, em Madrid, Espanha, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária de Accionistas da sociedade “EDP RENOVÁVEIS, S.A.”, cuja convocatória foi devidamente publicada no *Boletín Oficial del Registro Mercantil* (Boletim Oficial do Registo Comercial) no dia 11 de Março de 2016 e na página web da sociedade (www.edprenovaveis.com) no dia 11 de Março de 2016, com o objectivo de discutir e deliberar sobre os pontos da Ordem do Dia incluídos na mencionada Convocatória. A convocatória foi também publicada no dia 11 de Março de 2016 **no site da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)** e no site da **Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV)**.

A Assembleia Geral Ordinária de Accionistas foi declarada validamente constituída pelo Presidente da mesma, Sr. José Antonio de Melo Pinto Ribeiro verificando-se o quórum de assistência definitivo de:

- 196 accionistas presentes, titulares de 67.158.954 acções que representam 7,6990% do capital social; e
- 117 accionistas representados, titulares de 738.148.470 acções que representam 84,6201% do capital social.

No total assistiram à Assembleia Geral Ordinária de Accionistas 313 accionistas, presentes e representados, titulares de um total de 805.307.424 acções que representam um valor nominal do capital social de 4.026.537.120 EUROS, correspondente a 92,3191% do referido capital, no valor de QUATRO MIL MILHÕES, TREZENTOS E SESENTA E UM MILHÕES QUINHENTOS E QUARENTA MIL E OITOCENTOS E DEZ (4.361.540.810) EUROS, dividido em OITOCENTAS SETENTA E DOIS MILHOES TREZENTOS E OITO MIL CENTO E SESENTA E DUAS (872.308.162) acções ordinárias, de CINCO (5) EUROS de valor nominal cada uma.

O quórum de assistência supera os vinte cinco por cento (25%) do capital subscrito com direito de voto exigido pelo artigo 17 dos Estatutos Sociais em relação com o artigo 194 da Lei das Sociedades de Capital, para a válida constituição da Assembleia em primeira convocatória.

(.....)

Posteriormente passou-se ao debate e votação dos pontos da Ordem do Dia, tendo-se observado os seguintes resultados:

Ponto Primeiro.- Análise e aprovação, se for esse o caso, das contas anuais individuais da EDP RENOVÁVEIS, S.A. assim como das consolidadas em conjunto com as suas sociedades dependentes, correspondentes ao exercício social que terminou a 31 de Dezembro de 2015.

“Aprovar as contas anuais individuais da EDP RENOVÁVEIS, S.A. (balanço, demonstração de resultados, demonstração de variações no património líquido, demonstração dos fluxos de caixa e notas) e as contas anuais consolidadas em conjuntos com as suas sociedades dependentes (balanço, demonstração de resultados, demonstração de variações no património líquido, demonstração dos fluxos de caixa e notas), correspondentes ao exercício social que terminou a 31

de Dezembro de 2015, e que foram formuladas pelo Conselho de Administração na sua reunião de 23 de Fevereiro de 2016.”

De seguida, procedeu-se à votação, tendo o Presidente informado os presentes de que o referido ponto foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado:

Votos a favor 804.997.424, que representam 99,9615%; votos contra 0 que representam 0%, e abstenções 310.000 que representam 0,0385%.

Ponto Segundo.- *Análise e aprovação, se for o caso, da proposta de aplicação do resultado correspondente ao exercício social que terminou a 31 de Dezembro de 2015, assim como à distribuição de dividendos.*

“

- 1. Propõe-se aprovar a aplicação do resultado formulado pelo Conselho de Administração, com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, que se detalha em seguida.*

Base de alocação:

<i>Lucro do exercício de 2015</i>	<i>31.596.861,64 Euros</i>
-----------------------------------	----------------------------

Alocação:

<i>- Reserva Legal</i>	<i>3.159.686,16 Euros</i>
<i>- Dividendos</i>	<i>28.437.175,48 Euros</i>

- 2. Propõe-se adicionalmente aprovar a proposta do Conselho de Administração com o parecer favorável da Comissão de Auditoria e Controlo, para a distribuição de um dividendo bruto (ordinário e extraordinário) de 0,05 Euros por acção, equivalente a um montante global de 43.615.408,10 euros que será pago da seguinte forma: (i) 28.437.175,48 Euros afectos a este montante provirão dos lucros do exercício e (ii) 15.178.232,62 Euros afectos a este montante provirão da conta de Reserva Voluntária.*

O dividendo bruto estará sujeito em qualquer caso ao estabelecido na normativa fiscal vigente.

Este valor considera o total das acções representativas do capital social da EDP Renováveis, S.A.

O pagamento do dividendo será efectivo desde a data de 17 de Maio de 2016 e o seu pagamento efectuar-se-á através de um agente financeiro (paying agent).

Para efeitos informativos, as acções começarão a cotar sem direito a receber dividendos (ex dividend) 2 dias antes da data de pagamento dos mesmos, de acordo com as normas aplicáveis aos mercados regulados nos quais as acções estejam admitidas a negociação.

A EDP Renováveis, S.A. publicará informação detalhada sobre os restantes termos e condições do pagamento de dividendos com um mínimo de 10 dias de antecedência à data de pagamento dos mesmos (ou seja, dia 7 de Maio de 2016), de acordo com as normas aplicáveis aos mercados regulados nos quais as acções se encontrem admitidas a negociação.

Neste sentido, propõe-se facultar, com a amplitude que a lei permita, ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, a expressa faculdade para designar a entidade financeira que deve actuar como agente do pagamento e para decidir e executar todas as acções necessárias ou convenientes para alcançar o efectivo cumprimento da distribuição de dividendos aprovada.”

De seguida, procedeu-se à votação, tendo o Presidente informado os presentes de que o referido ponto foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado:

Votos a favor 804.448.369, que representam 99,8933%; votos contra 59.292 que representam 0,0074%, e abstenções 799.763 que representam 0,0993%.

Ponto Terceiro.- Análise e aprovação, se esse for o caso, do Relatório de Gestão Individual da EDP RENOVÁVEIS, S.A., do Relatório de Gestão Consolidada em conjunto com as suas sociedades dependentes, e do Relatório de Governo Societário, correspondentes ao exercício social que terminou a 31 de Dezembro de 2015.

“Aprovar o Relatório de Gestão Individual da EDP RENOVÁVEIS, S.A., o Relatório de Gestão Consolidada em conjunto com as suas sociedades dependentes, e o Relatório de Governo Societário, correspondentes ao exercício social que terminou a 31 de Dezembro de 2015, formulados pelo Conselho de Administração na sua reunião de 23 de Fevereiro de 2016. ”

Após o que, se procedeu à votação, tendo o Presidente informado os presentes de que o referido ponto foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado:

Votos a favor 804.997.424, que representam 99,9615%; votos contra 0 que representam 0%, e abstenções 310.000 que representam 0,0385%.

Ponto Quarto.- Análise e aprovação, se for esse o caso, da gestão e actuação do Conselho de Administração e sua Comissão Executiva durante o exercício social que terminou a 31 de Dezembro de 2015.

“Aprovar a gestão social e a actuação levada a cabo pelo Conselho de Administração e sua Comissão Executiva durante o exercício social que terminou a 31 de Dezembro de 2015, bem como um voto de confiança nos seus membros.”

Seguidamente, procedeu-se à votação tendo o Presidente informado os presentes de que o referido ponto foi aprovado por unanimidade, com o seguinte resultado:

Votos a favor 805.239.054, que representam 99,9915%; votos contra 68.370 que representam 0,0085%, e abstenções 0 que representam 0%.

Ponto Quinto.- Conselho de Administração: ratificação da nomeação por cooptação do Exmo. Senhor Administrador Miguel Dias Amaro.

“Ratificar a nomeação do Exmo. Senhor Miguel Dias Amaro como Administrador, designado por cooptação, em virtude do acordo adoptado pelo Conselho de Administração, na sua reunião celebrada a 5 de Maio de 2015, acompanhada de prévio relatório favorável da Comissão de Nomeações e Remunerações. O termo do mandato é 9 de abril de 2018, como correspondia ao cargo do anterior vogal, Exmo. Senhor Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira, o qual substitui.

O Senhor Administrador ratificará a respectiva aceitação em devido tempo.”

Seguidamente, procedeu-se à votação tendo o Presidente informado os presentes de que o referido ponto foi aprovado por unanimidade, com o seguinte resultado:

Votos a favor 804.060.526, que representam 99,8452%; votos contra 936.898 que representam 0,1163%, e abstenções 310.000 que representam 0,0385%.

Exmo. Senhor Miguel Dias Amaro, presente nesta reunião ratifica a aceitação da sua nomeação e manifesta não encontrar-se em curso nenhum dos pressupostos de incompatibilidade, proibição ou incapacidade previstos na lei.

Ponto Sexto.— Conselho de Administração: nomeação como Administrador pelo período estatutário de três (3) anos do Exmo. Senhor Francisco Seixas da Costa

“De acordo com a proposta elaborada pela Comissão de Nomeações e Remunerações ao Conselho de Administração, propõe-se adoptar o seguinte acordo de reeleição e nomeação dos membros do Conselho de Administração:

Eleger como Administrador pelo período estatutário de três (3) anos o Exmo. Senhor Francisco Seixas da Costa, maior de idade, de nacionalidade portuguesa, cujas circunstâncias pessoais são as que constam no Registo Mercantil.

O Senhor Administrador nomeado poderá aceitar o seu cargo por qualquer meio admitido no Direito.”

Exmo. Senhor Francisco Seixas da Costa, ausente da reunião poderá aceitar a sua nomeação e manifestar não encontrar-se em curso nenhum dos pressupostos de incompatibilidade, proibição ou incapacidade previstos na lei, por qualquer meio admitido na lei.

Seguidamente, procedeu-se à votação tendo o Presidente informado os presentes de que o referido ponto foi aprovado por unanimidade, com o seguinte resultado:

Votos a favor: 801.478.143, que representam 99,5245%; votos contra 2.107.233 que representam 0,2617%, e abstenções 1.722.048 que representam 0,2138%.

Ponto Sétimo. Aprovação da Política de Remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sociedade.

“Aprovar a Declaração sobre a Política de Remuneração dos membros do Conselho de Administração da EDP RENOVÁVEIS, S.A.”

De seguida, procedeu-se à votação, tendo o Presidente informado os presentes de que o referido ponto foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado:

Votos a favor 790.474.568, que representam 98,1581%; votos contra 13.101.600 que representam 1,6269%, e abstenções 1.731.256 que representam 0,2150%.

Ponto oitavo.- Reeleição como Auditores de Contas da EDP RENOVÁVEIS, S.A., a KPMG AUDITORES, S.L. inscrita no Registo Oficial de Auditores de Contas com o número S0702 e C.I.F. B 78510153, para o ano 2016.

“De acordo com o disposto no Artigo 264 da Lei de Sociedades de Capital Espanhola (Ley de Sociedades de Capital), com o expirar do período para o qual foi nomeado como auditor de contas da Sociedade, acorda-se reeleger para o exercício de 2016 a KPMG AUDITORES, S.L., com domicílio em Madrid (28046), Paseo de la Castellana 95, 24º y C.I.F. B-78.510.153 e inscrita no Registo Oficial de Auditores de Contas com o número S0702 para realizar auditorias às contas individuais da sociedade e consolidadas do seu grupo.”

De seguida, procedeu-se à votação, tendo o Presidente informado os presentes de que o referido ponto foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado:

Votos a favor 804.063.660, que representam 99,8456%; votos contra 889.386 que representam 0,1104%, e abstenções 354.378 que representam 0,0440%.

Ponto Nono.- Delegação de poderes para formalização e implementação das resoluções adoptadas na Assembleia Geral de Acionistas com o objectivo de celebrar a respectiva acta pública e permitir a sua interpretação, correcção e adição ou desenvolvimento de forma a obter os registos apropriados.

“Facultar, indistintamente, ao Presidente do Conselho de Administração, António Luis Guerra Nunes Mexia, ao Vice-Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado (CEO), João Manuel Manso Neto, e ao Secretário do Conselho de Administração, Emílio Garcia-Conde Noriega, nos mais amplos termos permitidos em Direito, os poderes necessários para executar todas as deliberações adoptadas por esta Assembleia Geral, podendo, para tais efeitos, desenvolver, aclarar, precisar, interpretar, completar e corrigir aquelas deliberações, as respectivas escrituras e documentos outorgados em execução das mesmas e, de modo particular, as omissões, defeitos ou erros, de conteúdo ou de forma, que impeçam a inscrição destas deliberações e os seus efeitos junto do Registo Mercantil.”

De seguida, procedeu-se à votação, tendo o Presidente informado os presentes de que o referido ponto foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado:

Votos a favor 804.997.424, que representam 99,9615%; votos contra 0 que representam 0%, e abstenções 310.000 que representam 0,0385%.

Terminadas as votações, o Presidente declarou encerrada a Assembleia.